



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.776, DE 2025

(Da Sra. Dandara)

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para estabelecer causa de aumento de pena nos crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional quando cometidos contra criança ou adolescente.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL 6825/2017.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Da Sra. Dandara)

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para estabelecer causa de aumento de pena nos crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional quando cometidos contra criança ou adolescente.

Art. 1º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-E:

Art. 20-E. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade quando praticados contra criança ou adolescente, assim definidos no art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. A majorante prevista no caput não se aplica quando já incidir causa específica de aumento ou qualificadora mais gravosa pelo mesmo fato, vedado o bis in idem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra crimes de discriminação e preconceito, em consonância com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Considerando a maior vulnerabilidade desse grupo etário, torna-se imperativo o recrudesimento das penas para crimes de racismo, discriminação ou preconceito quando praticados contra crianças e adolescentes.

A Lei nº 7.716/89, que pune atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, merece ser aprimorada para garantir que a infância e a adolescência sejam protegidas de forma mais eficaz contra essas práticas. O aumento de pena proposto busca dissuadir a prática desses crimes e promover uma sociedade mais justa e igualitária para todos, em especial para aqueles que se encontram em desenvolvimento.

Em síntese, a proposição aperfeiçoa a tutela penal contra o racismo e a intolerância quando dirigidos a vítimas em condição de desenvolvimento, contribuindo para a efetividade do mandato constitucional de proteção.

Sala das Sessões, 11 de November de 2025.

DANDARA

Deputada Federal - PT/MG



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5janeiro-1989-356354-normapl.html
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho1990-372211-normapl.html

FIM DO DOCUMENTO